

EDUCAÇÃO E NEOLIBERALISMO: uma abordagem sobre a expansão do ensino superior no Brasil e os impactos para a formação em Serviço Social nos governos de Luís Inácio Lula da Silva (2003 a 2010)*

Valdely dos Santos Martins**

INSTITUTO DE ENSINO SUPERIOR FRANCISCANO

RESUMO

Através do presente texto, iremos propor uma breve discussão sobre a expansão do ensino superior brasileiro. Para tanto, analisamos a política de ampliação do acesso à educação superior, nos governos do presidente Luís Inácio Lula da Silva (LULA) e os fortes investimentos de incentivo à iniciativa privada. Dessa feita, ressaltamos o processo de contrarreforma na educação superior brasileira nos anos de neoliberalismo sob os dois primeiros mandatos de governos petistas e sua influência sobre a precarização da formação profissional, através da mercantilização da educação. Além disso, propomos uma breve discussão sobre os impactos dessa contrarreforma na formação profissional em Serviço Social, a partir da implementação de políticas e programas que demonstram o empresariamento da educação no Brasil e aguçam o desmonte das Universidades públicas. Ao final, ressalta-se a importância da defesa de uma educação qualificada com base nos princípios do projeto-ético-político da profissão, visando a emancipação política do sujeito.

Palavras-chaves: formação profissional, Serviço Social, neoliberalismo, privatização e expansão.

1 INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, a política educacional superior brasileira sofre inúmeras mudanças atreladas ao projeto neoliberal. Desse modo, há uma intensificação dos investimentos para a democratização do ensino superior, apresentando uma avassaladora precarização do ensino público e a expansão das instituições privadas, através de políticas e programas que incentivam a mercantilização da educação.

Compreendendo essa realidade, desenvolveremos questionamentos acerca dos desafios postos à formação profissional em Serviço Social a partir da contrarreforma educacional no Brasil, sob os governos de Luís Inácio Lula da Silva.

*Artigo Científico apresentado ao Curso de Serviço Social do Instituto de Ensino Superior Franciscano para a obtenção do grau de bacharel em Serviço Social.

**Graduanda do 8º período do Curso de Serviço Social do Instituto de Ensino Superior Franciscano. E-mail: likahmartins@gmail.com

Tendo em vista a importância do debate sobre o tema em questão, buscando o desenvolvimento dessa análise, utilizamos a pesquisa bibliográfica a partir de um referencial teórico-crítico marxista, destacando autores como: Lima (2007), Pereira (2008), Iamamoto (2014), Leher (2010). Fizemos uso também da pesquisa documental, utilizando materiais produzidos por entidades organizativas da categoria profissional, a destacar: CFESS, ABEPSS, CRESS e ANDIFES.

Destarte, notou-se que como estratégia de enfrentamento à crise capitalista, o governo buscou transformar todas as esferas da vida social em áreas rentáveis e poder lucrativo. Na intensão de contribuir com esse debate, o presente texto traz uma reflexão sobre essa temática, identificando medidas sobre as quais o presidente Lula legitimou o sucateamento das instituições de ensino superior públicas e estimulou a expansão das instituições privadas em todo o Brasil, evidenciando-se um processo de mercantilização da educação, com ênfase na desenfreada expansão do setor privado, o que impactou diretamente os Cursos de Serviço Social em todo o país.

Utilizamos como objeto de análise para compreender a expansão do ensino superior no Brasil, as principais políticas e programas reorganizados nesse governo, como o programa universidade para todos (Prouni), o Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) e a Educação a Distância (EaD).

Todo esse referencial teórico nos possibilitou compreender e questionar o viés de expansão da educação superior e os possíveis impactos no perfil profissional do assistente social, indicando que é fundamental um arcabouço de políticas que reafirmem a base de toda a formação em Serviço Social que estão imbricadas ao Projeto-Ético-Político da profissão. O interesse por tal temática surgiu de discussões e questionamentos no decorrer da trajetória acadêmica, visto que houve uma necessidade de compreensão sobre o assunto em questão e entender a sua relação com a formação em Serviço Social. Uma vez que entendemos a relevância do conteúdo para o conhecimento dos sujeitos formandos, buscamos analisar a necessidade de compreensão da educação em todas as dimensões sociais, além de reconhecer todas as dificuldades encontradas no âmbito da profissão. Por esta razão, defenderemos o debate acerca da dimensão pedagógica da prática profissional, ressaltando o caráter emancipatório e comprometido com a construção de um projeto societário emancipatório.

Destarte, o desenvolvimento desse artigo vem demonstrar a inquietação sobre os limites da formação profissional e os impactos sobre a profissão de Serviço Social por meio de uma formação fragilizada explícita através da expansão das instituições privadas.

Nessa análise, é sabido que a subordinação da educação à acumulação do capital, compromete o exercício profissional, a qualidade de ensino, ocasionando a desvalorização do trabalho do docente, fragilizando a direção do projeto ético-político da profissão.

2. A EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO DURANTE O GOVERNO DE LUIS INÁCIO LULA DA SILVA.

A educação superior no Brasil é pautada por relações econômicas, políticas e culturais, apresentadas historicamente na formação socioeconômica do país. No Brasil, a aceleração produtiva do capitalismo exige a expansão do acesso à educação superior, visto que de acordo com a ideologia burguesa, esta é a forma de maior eficácia para a qualificação da força de trabalho, atendendo às alterações produtivas. O processo de expansão e privatização do ensino nas últimas décadas, expressou-se através de mudanças estruturais, a partir de doutrinas neoliberais implementando a lógica do mercado, utilizando inclusive verbas públicas.

No governo de Luís Inácio Lula da Silva (LULA) a política de educação superior combinou a democratização do acesso e o aumento significativo do setor privado na área educacional, sob a diretriz ideológica da inclusão social, ganhando espaço na política de mercantilização, ampliando o setor privado e tornando a educação um negócio rentável, adequando-se às necessidades do capital (LIMA, 2007).

Logo no início do governo de Lula (2003), haviam grandes expectativas em relação ao governo anterior sobre a educação, haja vista que seu antecessor demonstrou interesse em expandir a educação privada no país. No entanto, podemos destacar que o presidente reformulou o ensino superior brasileiro, confirmando a contrarreforma da educação através do processo de privatização educacional.

Gomes (2010) afirma que várias propostas foram adotadas a partir deste governo, considerando a necessidade de diversificar os investimentos e expandir a eficácia das instituições através do ensino à distância. Nesse sentido, as universidades se tornariam compatíveis ao mercado, estabelecendo uma parceria público-privado.

Neste contexto torna-se claro que através deste governo ocorreram mudanças que reformularam a educação privada e, nesse emaranhado de estratégias privatistas, a política educacional segue com um caráter neoliberal, garantindo a expansão deste setor.

Lima e Pereira (2009) afirmam que este governo programou um conjunto de Medidas Provisórias, Decretos, Leis e Projetos de Leis que aguçaram a prioridade à iniciativa

privada, fortalecendo o empresariamento da educação e implementando as parcerias públicos/privados.

Para Lima (2007) a caracterização de desresponsabilização do Estado com a educação aconteceu a partir do incito à mercantilização deste nível de ensino, tanto pela abertura de cursos privados, quanto pela imposição da lógica empresarial para a formação profissional, acentuando-se com os cortes dos financiamentos públicos para a política educacional, ressaltando a formulação da educação superior como um processo amplo de reordenamento do Estado capitalista.

2.1 O reforço à lógica privatista de educação: a contrarreforma do ensino superior.

Lula iniciou seu governo com um discurso de rompimento com a política de Fernando Henrique Cardoso, que se baseava no raqueamento das instituições de ensino superior (IES). Porém, ao contrário disso, promoveu a expansão do ensino com fortes investimentos na iniciativa privada.

Esse processo de expansão, foi caracterizado através do alargamento competitivo das IES privadas, a partir de ações identificadas com o empresariamento da educação e a certificação em larga escala. Essa expansão surgiu a partir de algumas necessidades apresentadas pelo próprio capital, acentuando a busca por estratégias para enfrentar a crise, elevando suas taxas de produtividade através da transformação das esferas da vida social em áreas de potencial lucrativo.

Neste contexto, compreende-se esse processo como contrarreforma da educação, visto que as transformações da estrutura do papel social do Estado estão pautadas paulatinamente na substituição da universalização dos direitos sociais, focalizando e fragmentando as políticas sociais, constituindo-se em vez de reforma, numa contrarreforma no campo do direito social no qual está inserida a educação.

Marrach *et al* (1996) destacam a influência neoliberal sobre esta política, reafirmando que o discurso neoliberal através do seu papel estratégico na educação, visa à preparação da mão de obra para o mercado, com o objetivo de desenvolver ainda mais o capital, explicitando que o trabalho é mais importante que o sistema escolar.

No Brasil, o neoliberalismo se estrutura de forma ampla, ocasionando paradoxalmente um número alarmante de desempregados, pessoas em situação de rua, mendigos etc. Em outras palavras, o capitalismo avança e as desigualdades sociais também, tornando o estudante em um mero consumidor de ensino, haja vista que para inserir-se no

mercado de trabalho, visando fugir dessas condições desumanas que a falta de emprego lhes proporciona, é necessário buscar uma qualificação para à mão de obra.

Neste embate Marrach *et al* (1996) explica que, enquanto o liberalismo político clássico colocou a educação entre os direitos do homem e do cidadão, o neoliberalismo promove uma regressão da esfera pública, na medida em que aborda a escola como âmbito do mercado e das técnicas de gerenciamento, esvaziando assim o conteúdo político da cidadania, substituindo-o pelos direitos do consumidor, e, é em consumidores que a política neoliberal transforma os pais e alunos. Em suma: impõe a lógica do capital a todos.

Segundo Pinto (2000), partindo do pressuposto da lógica da educação como mercadoria, o capitalismo atingiu a política educacional no Brasil, levando-a a sofrer várias transformações, adequando-as às exigências da expansão econômica com um caráter limitado, através da privatização e expansão do ensino superior.

Durante seu primeiro mandato, Lula criou o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), em seguida, já no segundo mandato, refutando a proposta inicial do SINAES, o presidente cria e amplia outros projetos e programas retomando antigas práticas do governo anterior, dando ênfase à lógica privatista educacional através da expansão do ensino superior brasileiro, promovendo o sucateamento das universidades públicas, fortalecendo a precarização do processo de trabalho docente (PEREIRA, 2008).

2.1.1 O Prouni

Entendendo a educação superior como fator responsável para o desenvolvimento econômico do país, Lula em 2004 cria e expande as ações de governo que resultaram diretamente na expansão do ensino superior no Brasil. O Programa Universidade para Todos (PROUNI), que é um programa federal institucionalizado pela Lei nº 11.096, de 13 de Janeiro de 2005, destinado à contemplação de bolsas de estudos parciais e integrais. Fortalece o incentivo à iniciativa privada neste governo e até os dias atuais.

Trata-se de um programa que de acordo com Gomes (2010), está incluído nas diretrizes de inclusão com justiça social, aproveitando vagas ociosas nas IES privadas destinadas aos estudantes das classes populares. Em contrapartida, o programa beneficiará não somente os alunos contemplados, mas, em especial às instituições que aderirem ao programa, visto que estas se tornarão isentas de algumas contribuições e impostos.

Este processo, de acordo com Leher (2010), ressalta as ambições das IES privadas, uma vez que a redução dos impostos e taxas facilitaria o processo de mercantilização do ensino. Dessa maneira, surge uma extensa discussão sobre o programa,

visto que, para uns, a ideia do programa era vista de forma positiva, considerando que através do PROUNI, os estudantes de baixa renda terão a oportunidade de adentrar no contexto universitário e pessoas com deficiência, negros e indígenas também foram contemplados com a criação de cotas, caracterizando a autonomia universitária.

Lula, durante seu governo adotou diversas medidas que resultaram na expansão da oferta do ensino. Tal ação estabeleceu-se de forma estratégica, visto que reduz o pagamento de taxas e impostos pelo setor privado, facilitando o processo de expansão deste na área da educação (LEHER, 2010).

É plausível a formulação do programa, porém, o que se contesta são as condições objetivas do PROUNI, que não acolhem somente os beneficiários, mas favorece as IES privadas através da isenção dos impostos, reforçando a fragilização e precariedade da qualidade da educação ofertada, haja vista que para alcançar a demanda, o governo prognosticou essa expansão de acesso às IES privadas através dos investimentos aplicados neste programa.

Lima (2007) afirma que entre 2005 a 2010, o PROUNI atendeu mais de 863 mil estudantes em todo o país, sendo 70% de bolsas integrais, incluindo nesse percentual, estudantes afrodescendentes e indígenas. De acordo com esse autor, em 2010 havia cerca de 470 mil bolsas utilizadas ocasionando um crescimento das matrículas nas IES privadas.

De acordo com a autora observa-se que do ano da criação do PROUNI 2004 até o ano de 2010, houve uma elevação no número de matriculados nas IES privadas, considerando que 47% destes alunos matricularam-se a partir do programa, alcançando um total de 473.000 bolsistas, implicando dizer que embora o programa tenha apresentado benefícios à iniciativa privada, o mesmo contribuiu diretamente com a expansão do ensino superior nos governos de Lula, uma vez que o programa é ofertado aos alunos egressos do ensino médio da rede pública, com renda per capita de até 03 salários mínimos. Estes alunos são selecionados a partir do Exame Nacional de Ensino Médio (ENEM).

No que se refere as vagas ociosas nas Universidades públicas, cabe dizer que Lula, através do Programa Reuni, alcançou um aumento significativo de IES públicas, criando 14 Universidades Federais em todo o país, esvaziando a dimensão emancipadora da educação e subtraindo o caráter universalista da instituição universitária, tornando-as solo de disputa dos processos de socialização do atual sistema capitalista, investindo contra o modelo universitário que pauta-se na indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão (LIMA e PEREIRA, 2009).

2.1.2 O Reuni

O Programa de Apoio à Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) apresentou-se no governo Lula como fator de maior eficácia para elevar a expansão de vagas nas universidades federais, porém, apresentou deficiência e sofreu críticas, haja vista que, este exige continuidade por outro governo, uma vez que o mesmo foi projetado para pelo menos 05 anos.

O Reuni foi instituído pelo Decreto nº 6.096 de 24 de abril de 2007, fazendo parte do Plano Nacional de Educação (PNE). O programa deu ênfase à expansão universitária pública logo no início do primeiro mandato do presidente Lula, em 2003.

Conforme Lima (2007), na medida em que o Reuni objetivava a expansão do ensino superior, tornavam-se evidentes a precarização da formação profissional e do trabalho docente. A primeira acontece através do atendimento de um número elevado de alunos por turma, a partir da criação de cursos de curta duração, configurando uma formação aligeirada e dissociada da pesquisa e extensão. A segunda é apresentada através do Reuni em sua centralidade como uma larga intensificação do trabalho docente, visto que o docente contratado é impulsionado obrigatoriamente a assumir essas turmas de graduação superlotadas, ficando evidente que a primeira contribui para a precarização da segunda.

Pereira (2008) ressalta que a efetivação do programa ocasionará uma formação precária, visto que as universidades apresentar-se-ão de forma desfigurada, subtraindo suas funções sociais na produção do conhecimento cultural, científico e tecnológico.

Em 2011, a Associação de Dirigentes das Universidades Federais (ANDIFES) elaborou um documento, um dos principais, afirmando a precarização referente ao processo de expansão e reestruturação através do Reuni. A ANDIFES enviou ao MEC em 02 de janeiro de 2011 o ofício indicando a necessidade de “institucionalização de um modelo de financiamento para as universidades federais que respondam à expansão ocorrida nos últimos anos [...]” (ANDIFES, 2001).

Através deste documentado é avaliado pela ANDIFES que o total de vagas nas universidades federais não condiz com o número preciso para a reestruturação dos cursos, porém, afirma-se que as novas faces da intensificação do trabalho docente são apresentadas logo na primeira década da implementação da reforma neoliberal, operacionalizada especialmente através do Reuni. Este documento contesta também o surgimentos dos novos campi, uma vez que trata-se de locais sem infraestrutura adequada, explicitando que faltava uma política de assistência aos estudantes, principalmente àqueles que vinham de outras

idades, pois alguns campi não ofereciam locais básicos como bibliotecas, laboratórios, e até mesmo restaurantes universitários e não ofertavam aos alunos condições precisas para a permanência no curso.

Sem vínculo com a pesquisa e extensão, o Reuni não garante formação de qualidade, ao contrário, confirma a falsa democratização do ensino, sustentando a elitização da educação superior, lotando as salas de aula sem condições necessárias para uma formação adequada, dentre outros aspectos (GOMES, 2010).

Neste sentido, a autora afirma que:

[...] o REUNI, não pode ser compreendido como um modelo de formação comprometida com a profissionalização, mas como o engodo da democratização do ensino que tornará mais seletivo o acesso a formação profissional [...] que tende a tornar mais perverso o processo de precarização do ensino e de desqualificação da formação acadêmica. (Gomes, 2010 p. 140).

Desse modo, ressalta-se que a política apresentada pelo Reuni, não busca garantir formação alguma, mas, apenas ratifica a falsa democratização do ensino, haja vista que, o programa traz como meta central a elevação da taxa de relação de alunos de graduação em cursos presenciais. Diante disso é perceptível que o programa aguça o processo de fragilização do ensino superior nos governos de Lula.

Portanto, destaca-se que estas metas para as instituições públicas não foram suficientes para a mercantilização da educação. Dessa feita, essa privatização do nível superior, ganha força por meio de investimentos para as instituições privadas, através do Fundo de Financiamento Estudantil (FIES).

2.1.3 O Fies

A partir de um viés histórico-crítico, constatou-se que o FIES demonstra através de mecanismos legais a privatização e mercantilização da educação superior. Refere-se a um programa de apoio ao estudante que ficou conhecido nesse governo, apresentando uma forte expansão. Trata-se de um crédito educativo oferecido no primeiro momento pela Caixa Econômica Federal e atualmente também pelo Banco do Brasil, visto que este oferta aos estudantes formas de financiar seus estudos em instituições privadas.

O programa assim como a Lei da Parceria Público/Privada¹, claramente expressa a imbricação do lócus acadêmico às exigências do capital demonstrando uma expansão

¹ Lei nº 11.079, de dezembro de 2004, remete diversos tipos de empreendimentos e gestão a parcerias com a iniciativa privada, inclusive para a educação, com a justificativa de que faltam recursos públicos para investimentos.

quantitativa das instituições privadas. Esses investimentos fortalecem o crescimento das IES privadas, e a grande oferta com baixo custeio, incentivando uma diplomação em massa. Este ensino é ofertado com baixa qualidade formando pessoas apenas para o mercado de trabalho, aumentando o exército de reserva, haja vista que o mercado de trabalho não está disponível para todos.

É sabido que esse financiamento, foi implementado no governo anterior ao de Lula, porém, este realizou modificações e ajustou-o alcançando as necessidades do setor privado. O programa foi instituído pela medida provisória de nº 1.827 substituindo o projeto crédito educativo (CREDUC) sendo alterado no governo Lula pela Lei nº 11.552/2007 e modificado mais uma vez pela Medida nº 487/2010 e pela Lei nº 12.2021//2010, com o objetivo de atender às exigências do capital, que necessita de trabalhadores capacitados para a produção e circulação da mercadoria, adequados à reprodução do sistema capitalista.

Desta maneira, analisa-se que junto ao crescimento do número de alunos formados em todo país, cresce também a quantidade de inadimplentes, visto que a maioria dos contemplados pelo programa fazem parte da classe trabalhadora e ganham em média R\$ 900,00 mensais, tornando assim praticamente impossível honrar com o compromisso do financiamento.

Destarte, o futuro desses alunos fica comprometido, haja vista que o número de desempregados no país é alarmante, pois, não há postos de trabalhos para todos. Os bancos financiadores acrescentam uma porcentagem alta de juros e essa dívida perpassa aproximadamente em média pelo menos 15 anos. Tendo em vista que a maior parte dos beneficiados pelo programa estão desempregados, verifica-se que estes dificilmente terão condições de quitar esse débito.

Não obstante, dentro desse processo de formação, considerando a lógica de que quanto menor o nível de conhecimento do trabalhador, menor será sua capacidade de reivindicar e menor será seu salário, o governo Lula, reforça a oferta de cursos aligeirados através da Educação a Distância, o que vai ocasionar a fragilidade no processo de formação profissional e a precarização no trabalho docente (ROCHA, 2015).

2.1.4 A EaD

A educação à Distância (EaD) ocupa lugar de destaque nesta política de ampliação promovida por este governo que alegou que seria “imperativo reconhecer que a

universidade pública brasileira, nos limites impostos pela educação presencial [...] não teria condições de aumentar as vagas de forma maciça no curto e médio prazo” (BRASIL/GTI, 2003, p13).

A expansão da EaD está relacionada às estratégias de privatização da educação, caracterizando a desresponsabilização do Estado acerca da garantia da educação pública. Esses fatores elencados promovem a fragilidade da formação profissional e do trabalho docente.

Esse modelo de educação superior é preocupante, visto que de forma massificante e ilusória torna-se um atrativo para os estudantes em todo país. De caráter mercantil, este formato de educação, precariza a formação profissional deixando de cumprir com os processos pedagógicos previstos em Lei (ROCHA, 2015).

O modelo EaD integrou a legislação através do artigo 80 da LBD² e foi regulamentada pelo Decreto nº 5.622/2005. Trata-se de uma modalidade de ensino caracterizada por fragilidades, que atraem os estudantes, uma vez que essa modalidade oferece um tempo curto de duração do curso, ferramentas *on-line*, dispensando a presença do aluno em sala de aula.

Cabe salientar que a EaD representa uma desvalorização do trabalho docente, visto que com a expansão desta modalidade de ensino, há uma redução do número de professores contratados, ocasionando o aumento do exército de reserva. Neste sentido, no setor educacional percebe-se um rebaixamento do valor da força de trabalho, inclusive dos docentes, pois são reduzidas as exigências para contratação levando em conta a diminuição com os gastos com esses profissionais.

É inquestionável que fica comprometida a formação dos discentes nessa modalidade, visto que esses se apartarão da competência crítica, configurando um profissional apenas reprodutor dos ditames neoliberais.

Silva (2016) afirma que existe cerca de 430 instituições credenciadas pelo Ministério da Educação, onde 403 ofertam o curso de Serviço Social na modalidade presencial e 26 na modalidade EaD, somando um número de 51 instituições na esfera pública e o restante oferece o ensino à distância na esfera privada. A autora explica que esta modalidade de ensino expressa a precariedade na formação profissional, apresentando um impacto no âmbito do exercício profissional.

² Lei de Diretrizes e Bases, de Dezembro de 1996, foi um marco legal no favorecimento à expansão desse vetor. O Artigo 80 da LDB trata justamente do ensino a distância.

3. OS IMPACTOS DA CONTRARREFORMA DO ENSINO SUPERIOR NO GOVERNO DE LULA SOBRE A FORMAÇÃO DOS/AS ASSISTENTES SOCIAIS.

A expansão do ensino superior brasileiro, sua privatização, flexibilização e diversificação é um processo que está intrinsecamente imbricado à reforma do Estado. É uma estratégia que foi adotada pelo país para enfrentar a crise capitalista, a partir dos anos 1990, intensificada nos mandatos de Lula. A contrarreforma acontece concomitantemente à reforma do Estado, através da implementação de políticas neoliberais. De forma contraditória, no governo Lula a expansão do ensino superior se deu através do crescimento das IES privadas, um processo que marca profundamente os cursos de Serviço Social no Brasil.

Nota-se que as propostas demonstradas na contrarreforma da educação superior no governo Lula, atingem visivelmente a implementação das Diretrizes Curriculares para os cursos de Serviço Social. Essa proposta de contrarreforma ataca diretamente o perfil do profissional do Serviço Social, colocando em risco a defesa da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, provocando uma desqualificação no projeto de formação profissional que foi construído coletivamente, materializado nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS.

3.1 A expansão dos cursos de serviço social pela via da mercantilização da educação.

Faz-se necessário compreender e analisar como se deu a expansão dos cursos de Serviço Social no Brasil nos últimos anos. Em 24 de abril de 2007, Lula lançou o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) fazendo parte do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). O primeiro se materializou através de Decretos, Resoluções, Portarias e Projetos de Leis componentes da contrarreforma do Estado. A partir daí é constatado um grande aumento nos cursos de Serviço Social, se comparado aos anos anteriores, visto que em 1998 havia no país apenas 89 cursos reconhecidos pelo MEC. Conforme dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP/MEC) houve uma elevação desse número para 111 em 2002, e em julho de 2012 aumentou para 567, ou seja, de 1998 a 2012 constata-se um crescimento de mais de 500% nos cursos de Serviço Social oferecidos em todo o país.

O Governo Federal conduz esse processo de expansão criando um arcabouço legal para a privatização da educação superior através do Decreto Presidencial de nº 5.205/04 que regulamenta a ação das fundações do direito privado nas universidades públicas e a Lei de Inovação Tecnológica nº 10.973/04 (GOMES, 2010).

Em 2003 no início do governo de Lula, o ensino superior continua sofrendo modificações, visto que Lula continua com forte incentivo à iniciativa privada, respondendo à pressão feita pela burguesia. A lógica do processo de privatização da educação superior se apresenta de duas formas: a flexibilização na legislação, impulsionando a liberação de serviços nas instituições públicas e o forte incentivo governamental ampliando o setor privado e expandindo o quadro da educação superior, intitulado como inclusão e justiça social.

A modalidade EaD tem sido hoje a maior preocupação nos debates organizados pelas entidades de representação acadêmico-política do Serviço Social. Segundo Pereira (2008), no governo de Lula aproximadamente 210 cursos de Serviço Social surgem em todo país, o que será demonstrado claramente na tabela a seguir:

EXPANSÃO DOS CURSOS DE SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL

Período	Privado	%	Público	%	Total
1930/1994	47	63,5	27	36,5	74
1995/2002	45	90,0	05	10,0	50
2003/2009	191	91,0	19	9,0	210

Fonte: Pereira, 2008

A tabela mostra nitidamente a expansão dos cursos de Serviço Social privados e Lima (2009) declara que nesse mesmo período há uma elevação dos cursos de Serviço Social públicos, porém, 91% dos cursos criados a partir de 2003 na área de Serviço Social são de natureza privada, reafirmando a mercantilização do ensino superior explicitada na tabela.

Nesse processo, percebe-se que a expansão do ensino superior e a emergência da modalidade EaD causa impactos na formação profissional em Serviço Social, haja vista que o objetivo dessas propostas não é formar, mas sim certificar em larga escala profissionais, desqualificando tanto a formação quanto o projeto ético-político profissional (LIMA, 2007).

Diante desse pressuposto, o Estado em sua face neoliberal, diminui suas responsabilidades sociais tendo em vista as políticas de estabilização econômica. É nesta lógica que a educação brasileira reafirma a perspectiva mercantil, fragilizando o ensino superior e sustentando os ditames neoliberais.

Neste sentido, o curso de Serviço Social, dentre outros, torna-se um grande atrativo para a formação de profissionais apenas com objetivos de obter certificados, o que vai ocasionar a indagação sobre a qualidade da formação dos profissionais, questionando-se se

esta modalidade terá a capacidade de formar profissionais críticos e comprometidos com a profissão.

Segundo Yamamoto (2014), este processo traz sérias implicações para o exercício profissional, pois é perceptível que o mercado de trabalho dificilmente ofertará postos de trabalho suficientes que acompanhe o alto crescimento do número de profissionais, ocasionando a elevação do exército de reserva contribuindo, assim, para a precarização do trabalho do assistente social, tendo em vista a submissão dos profissionais às normas do mercado.

3.2 Impactos da contrarreforma sobre a formação profissional dos/as assistentes sociais.

O Serviço Social busca formar profissionais competentes e dotados de alta qualificação intelectual para intervir sobre as expressões da questão social. Portanto, a Comissão de Especialistas de Ensino em Serviço Social, no processo de construção das Diretrizes da Associação Brasileira³, trouxe os seguintes requisitos para uma formação profissional adequada:

Apreensão crítica dos processos sociais numa perspectiva de totalidade; análise do movimento histórico da sociedade brasileira apreendendo as particularidades do desenvolvimento do capitalismo no país; compreensão do significado social da profissão e de seu desenvolvimento sócio histórico nos cenários internacional e nacional desvelando as possibilidades de ações contidas na realidade [...] considerando as novas articulações entre público e privado. (GOMES, 2010 p. 179 e 180.)

Diante disso, percebe-se um avanço teórico-metodológico da profissão no processo de construção do projeto profissional, atrelado a uma perspectiva crítica, articulada à teoria marxista. Esse processo é defendido pelas diretrizes da ABEPSS, buscando a compreensão do desenvolvimento capaz de produzir uma análise sobre as conjunturas, formulando estratégias em consonância ao objeto de intervenção da profissão (GOMES, 2010).

Entende-se que a privatização do ensino superior contribui para a precarização do ensino ofertado e aguça a proliferação descontrolada dos cursos de Serviço Social no Brasil, ocasionando impactos e desafios que serão impostos para a inserção deste profissional no mercado de trabalho.

³ Depois de anos de debates entre as escolas de Serviço Social filiadas à ABEPSS, conseguiram aprovar através da Assembleia Geral Extraordinária da ABEPSS em 1996 as Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social.

Destarte, analisando os desafios que comprometem a formação profissional de nível superior, como é sugerido por Chauí (2001, p.171), é necessário:

[...] tomar como questão do ensino não como técnica de transmissão de conhecimentos passivos dos saberes, mas como parte constitutiva da aparição de sujeitos do conhecimento, de tal modo que o ensino e a instituição universitária sejam simultaneamente agentes e produtos da ação do conhecimento que engendra o sujeito (CHAUI, 2001, p. 171.)

Com isso a autora defende que o processo de formação profissional deve conter como princípios básicos, a perspectiva de totalidade e apreensão crítica da realidade, atrelados aos aspectos indissociáveis da teoria e prática, bem como, as condições favoráveis para uma formação crítica com vistas à emancipação do sujeito.

A precariedade da formação manifestar-se-á quando o profissional adentrar ao mercado de trabalho e irá impactar diretamente o usuário dos serviços sociais, devido uma formação de cunho neoliberal, fragmentada, mercantil e tecnológica, sem a dimensão investigativa crítica e interdisciplinar (CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL, 2010).

Segundo o CFESS (2010), essa lógica privatista da formação do/a assistente social, reproduz também uma política social focalizada e minimalista, desconstruindo o perfil crítico e pesquisador do profissional, formando cada vez menos profissionais preocupados com os direitos sociais.

A formação do profissional de Serviço Social torna-se fragilizada e fica comprometida, visto que acontece de forma aligeirada e não atenderá às expectativas contidas no projeto ético-político (PEP), que surge na década de 1980 no contexto de redemocratização brasileira, atrelado aos movimentos sociais, partidos e entidades dos trabalhadores e de organização político-sindical da categoria profissional, exigindo uma nova postura ética, com novos valores e referências teóricas e a reformulação para a formação profissional do exercício profissional

Um fator preocupante para a categoria nesse processo de privatização está relacionado ao estágio supervisionado imbricado com três elementos importantes, sendo eles: o projeto de formação profissional, o processo de supervisão (acadêmica e de campo) e o exercício profissional (PEREIRA, 2012).

A autora afirma que a categoria reconhece que um profissional com má formação, através da aceleração do estágio curricular, poderá não dispor de uma capacidade crítica para entender e intervir de forma qualificada na realidade, pautado nos princípios do Código de

Ética (liberdade, justiça social, equidade e democracia) e no Projeto Ético Político da profissão.

É sabido que o estágio supervisionado é uma atividade curricular, que se apresenta no contexto da formação profissional. No entanto, o cenário atual apresenta deformações no cumprimento do estágio e impasses no mercado de trabalho. Através da avassaladora ampliação do ensino superior no Brasil, inúmeros desafios são postos para o estágio supervisionado em Serviço Social, repercutindo diretamente nos novos perfis profissionais, quanto à capacidade de intervenção na realidade social (ROCHA, 2015).

A PNE⁴ foi elaborado através de uma demanda da LDB, ressaltando a importância da supervisão direta de estágio. Foi construída de forma coletiva com o objetivo de fortalecer o projeto de formação profissional, através de uma formação crítica, concretizando a indissociabilidade entre formação de qualidade e exercício profissional competente que lute contra toda forma de opressão, exploração e divisão de classe, visando a libertação do homem da alienação produzida pelo projeto neoliberal.

Desta forma, para avaliar o processo de formação em Serviço Social na atual conjuntura é necessário compreender a proposta básica para o projeto de formação profissional reconhecido pela ABEPSS⁵ em consonância com a Executiva Nacional dos Estudantes do Serviço Social (ENESSO), CFESS e as diretrizes curriculares de 1996, reconhecendo os dilemas e desafios que são impostos para os profissionais. Contudo, a defesa do projeto ético-político do Serviço Social, balizado por seus princípios compreende uma ampliação das universidades públicas, alicerçada no ensino, pesquisa e extensão voltados para a produção de um conhecimento que se comprometa com a emancipação humana.

É referente a essa qualidade da formação em Serviço Social que a EaD vai expressar vários pontos negativos, haja vista que esta, ocorre de forma fragilizada, através das apostilas superficiais e fragmentadas, inexistência de biblioteca, carga horária reduzida e limitada, aulas a partir de computadores e o apoio de tutores, tornando o ensino/aprendizagem extremamente precário, visto que o discente que se forma à distância, não terá experiências coletivas significativas como em um curso presencial, dificilmente estará inserido no contexto dos movimentos sociais de modo que a formação acontece com um pequeno grupo de alunos,

⁴ Política Nacional de Estágio formulada pela ABEPSS em 2010, garantindo amplo debate acerca da categoria profissional e da execução de estágio, a fim de consolidar uma formação crítica e garantir um comprometimento com o projeto ético-político profissional.

⁵ A ABEPSS foi fundada com a denominação Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social em 10 de outubro de 1946, modificando sua denominação para Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social em 10 de dezembro de 1998, considerando importante o processo de revisão curricular, frente às profundas transformações societárias ocasionadas no mundo do trabalho.

e, a presença de um tutor que nem sempre possui graduação em Serviço Social, distante da vivência com a instituição universitária (CHAUI, 2001).

Desta maneira, a partir de 2003 serão formados novos assistentes sociais sem a dimensão da pesquisa rompendo com o tripé fundamental entre ensino, pesquisa e extensão, deixando claro que em vez de uma formação que prima por uma qualidade, formando profissionais com base nas dimensões teórico-metodológica, ético-político e técnico-operativo, a formação será desqualificada comprometendo a atuação e o projeto ético-político profissional.

Neste contexto, implica dizer que as diretrizes curriculares introduzidas pela categoria profissional em um processo de luta e mobilização, visando romper com a visão fragmentada da realidade, objetivam uma formação crítica e comprometida capaz de transformar a sociedade através do enfrentamento da questão social. Portanto, é necessário promover uma reavaliação sobre a formação profissional através destes programas em especial a EaD, relacionando com a atuação profissional, visto que essa modalidade repercute diretamente com o exercício profissional uma vez que as características da EaD precariza o processo de formação e o próprio sistema de ensino (PEREIRA, 2012).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do material exposto, consideramos impossível uma análise sobre as transformações contemporâneas na formação profissional sem questionar a relação das políticas neoliberais e o governo de Lula, uma vez que os dados apresentados sobre a expansão do ensino superior permitem afirmar que o este presidente denominou-se não ser inibidor dessa expansão, haja vista que ele foi o grande patrocinador das IES privadas, por meios dos Projetos, Programas e Leis implementadas durante sua gestão presidencial. Contudo, podemos constatar que esse processo de expansão ocorreu de forma estratégica governamental, visto que houve uma promoção para o setor privado na área da educação.

É possível conferir que o governo Lula, continuou com a defesa da expansão do ensino superior, trivializando a democratização do acesso a partir da isenção fiscal através do PROUNI, promovendo o ensino a distância EaD, ocasionando a reestruturação do sistema público, contando com o programa REUNI e sobretudo ofertando uma forma de financiamento estudantil por meio do FIES, estimulando uma política de educação que fortalece a iniciativa privada.

Tendo em vista que a maiorias dos Cursos de Serviço Social possui caráter privado, ressaltamos que os cursos públicos, possuem um papel fundamental na luta contra a

desqualificação da formação profissional. Ainda que é constatado nesse setor, a intensificação da precarização do trabalho docente conforme foi avaliado anteriormente. Portanto, para a formação em Serviço Social, é proposto um desafio e uma atividade para subsidiar a ação política, visando fortalecer o perfil profissional apontado pelas Diretrizes Curriculares da ABEPSS, Código de Ética e o Projeto-Ético-Político da profissão.

Partindo da premissa que o Serviço Social é uma profissão de suma importância para a sociedade, esperamos suscitar ainda que de forma preliminar, um novo olhar sobre a realidade da profissão através desse debate, visto que o Serviço Social inserido na dinâmica social, está intrinsecamente ligado às demandas do sistema capitalista. Dessa feita, a profissão busca uma atuação interventiva pautadas no código de ética da profissão, com vistas a materialização do projeto profissional. Para tanto, prima-se por uma formação qualificada, dotada de conhecimentos especializados e atualizados com capacidade de promover a transformação social.

A partir dessa discussão, esclareceremos que é imprescindível a defesa da formação profissional pautada nos pilares do Projeto-Ético-Político da profissão, aguçando a defesa a uma educação pública, gratuita e qualificada. Desse modo, é oportuno lembrar que o projeto profissional foi fruto de uma construção coletiva, devendo viabilizar a capacitação teórico-metodológica e ético-político como princípios fundamentais para a atuação do assistente social, com o objetivo de formar profissionais comprometidos com a defesa dos direitos e com a democratização da vida social, visando a emancipação humana.

EDUCATION AND NEOLIBERALISM: an approach on the expansion of higher education in Brazil and the impacts for training in social service in the governments of Luís Inácio Lula da Silva (2003 to 2010)*.

ABSTRACT

Through this text we will propose a brief discussion about the of Brazilian higher education expansion. That way we analyze the policy of enlargement access to higher education in the governments of President Luís Inácio Lula da Silva (LULA) and the strong investments of incentive for private initiative. Thus, we highlight the process of counter-reform in Brazilian higher education in the years of neoliberalism under the first two mandates of PT's governments and their influence on the precariousness of professional training through the commodification of education. In addition, we propose a brief discussion about the impacts of this counter-reform on vocational training in Social Work, from the implementation of policies and programs that demonstrate the entrepreneurship of education in Brazil and sharpen the dismantling of public universities. In the end, the importance of the defense of a qualified education based on the principles of the project-ethical-political of the profession, aiming at the political emancipation of the subject is emphasized.

Key words: professional training, Social Service, neoliberalism, privatization and expansion.

REFERÊNCIAS

BRASIL/GTI. **Bases para o enfrentamento da crise emergencial da universidades federais e roteiro para a reforma universitária brasileira**, 2003.

CFESS / CRESS / ABEPSS / ENESSO. **Sobre a Incompatibilidade entre a graduação a distância e Serviço Social**. 2010.

CHAUÍ, Marilena de Sousa. **Escritos sobre a Universidade** / Marilena Chauí. – São Paulo: Ed. UNESP, 2001.

GOMES, Selma Graciele. **O ensino a distância no Estado de Santa Catarina e suas implicações ao projeto ético-político profissional do Serviço Social**. Florianópolis, 2010.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social em tempo de capital de fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social** / Marilda Villela Iamamoto. _8. Ed. – São Paulo: Cortez, 2014.

LEHER, Roberto. **Crise estrutural e função social da Universidade Pública**. Revista Temporalis. Brasília. Junho, 2010. Disponível em: sinop.unemat.br/projetos/revista/index.php/eventos/article/viewFile/2077/1701. Acesso em 20/06/2017.

LIMA, Kátia. **Reforma na educação superior nos anos de contra reforma neoliberal: de Fernando Henrique Cardoso a Luís Inácio Lula da Silva**. Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/viewArticle/9395>

LIMA, Kátia. PEREIRA, Larissa Dahmer. **Contrarreforma na educação superior brasileira: impactos na formação profissional em Serviço Social**. Pelotas, 2009. Disponível em: <http://revistas.ucpel.tche.br/index.php/rsd/article/view/358>, acesso em:10/09/2017.

MARRACH, Sonia A. BUENO, M. Sylvia. JR, Paulo Ghiraldelli. JR, Celestino A da Silva. **Infância, Educação e Neoliberalismo**. Ed. Cortez- São Paulo 1996.

PEREIRA, Larissa Dahmer. ALMEIDA, Ney Luís Teixeira de (Org.); FORTE, Valéria; GUERRA, Yolanda. **Serviço Social e Educação** – 2 ed. – Rio de Janeiro :Lúmen Júri, 2013. 176 p.; 23 cm – (Coletânea Nova de Serviço Social).

PEREIRA, Larissa Dahmer. **Serviço Social e Educação**. Do confessionalismo ao empresariamento da formação das desigualdades. São Paulo. Xamã, 2008. Disponível em: <https://www.escavador.com/sobre/4024772/larissa-dahmer-pereira>. Acesso em: 20/03/2018.

_____. **A expansão dos Cursos de Serviço Social em tempos de contrarreforma do ensino superior brasileiro: impactos na formação profissional em Serviço Social**. 2012. Disponível em: www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/viewFile/426/819. Acesso em: 15/07/2016

PINTO< Marina Barbosa. **A subordinação do trabalho docente à lógica do capital**. Revista outubro, São Paulo, n° 04, 2000. Disponível em: <<http://www.revistaoutubro.com.br/edições/04/out4-03.pdf>>. Acesso em: 14/09/2017.

ROCHA, Islânia Lima da. **Privatização do ensino superior no Brasil**: impactos no Serviço Social. In: VII Jornada Internacional Política Públicas, 2015. Disponível em: www.joinpp.ufma.br/.../privatizacao-do-ensino-superior-no-brasil-impactos-no-servico-social. Acesso em: 27/06/2017

SILVA, Maria Liduína de oliveira. **Serviço Social no Brasil**: História de resistências e de ruptura com o conservadorismo. 1 ed. São Paulo: Cortez, 2016.